

A China como potência regional: o caso da Ásia Central

Paulo Duarte

Paulo Duarte
PhD student in International Relations at the
Institute for Social and Political Sciences of the
Technical, University of Lisbon (ISCSP-UTL),
Portugal. Researcher at Instituto do Oriente, Lisbon
duartebrardo@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento da China enquanto potência regional, aplicando-o ao caso específico da Ásia Central. O argumento central é o de que Pequim procura forjar laços económicos, políticos e militares com as Repúblicas centro-asiáticas, embora o seu *soft power* seja ainda pouco eficaz na região. Além disso, as ambições regionais chinesas são frequentemente encaradas com suspeição pelos países vizinhos centro-asiáticos, que ainda veem na Rússia a grande referência económica, militar e cultural, fruto do seu longo passado soviético.

PALAVRAS-CHAVE:
Ásia Central; China;
potência regional

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento da China enquanto potência regional, aplicando-o ao caso específico da Ásia Central. O argumento central é o de que Pequim procura forjar laços económicos, políticos e militares com as Repúblicas centro-asiáticas, embora o seu *soft power* seja ainda pouco eficaz na região. Além disso, as ambições regionais chinesas são frequentemente encaradas com suspeição pelos países vizinhos centro-asiáticos, que ainda veem na Rússia a grande referência económica, militar e cultural, fruto do seu longo passado soviético.

A Ásia Central e a China são, atualmente, duas regiões interdependentes a vários níveis, como constata Roman Mogilevski (2012): “a China é muito grande para a Ásia Central; a Ásia Central é enorme para a China”. Nos últimos anos, tem-se vindo a assistir à emergência da China enquanto poder regional, bem como a uma transformação substancial da estrutura do poder na Ásia (Qianqian Liu, 2010; Kang, 2007; Harris, 2005).

Em alternativa à observação participante e não participante, técnicas de difícil aplicação ao presente objeto de estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada. A propósito desta, Ghiglione refere que “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério” (2001: 64). Contudo, alguns dos entrevistados na Ásia Central solicitaram o anonimato ou, em alguns casos, pediram para serem citados como especialistas locais. Eles serão nomeados ao longo do presente artigo da seguinte forma: Especialista I, Especialista II, e por aí adiante.

O comportamento da China na esfera regional

Analisando os contornos da interação entre o Império do Meio e as Repúblicas da Ásia Central ao longo dos últimos 20 anos, é possível constatar que a região se transformou num mercado de exportação e numa fonte de matérias-primas para a China (Kofman, 2012). A interdependência das economias centro-asiática e chinesa explica, de acordo com Ablat Khodzhaev, que “muitos centro-asiáticos tenham encontrado empregos e novas fontes de rendimento no âmbito da infraestrutura de apoio às exportações chinesas” (2009: 22). Contudo, Khodzhaev sublinha que “o desenvolvimento da produção nas Repúblicas da Ásia Central tem

sido prejudicado pelos preços relativamente económicos dos produtos chineses, em comparação com os que são praticados pelos fabricantes locais” (Khodzhaev, 2009: 22). Roman Mogilevski (2012) destaca a existência, na Ásia Central, de “três categorias de bens de consumo: os de tipo ocidental, que são caros, embora beneficiem de boa reputação; os russos, que não são tão caros como os ocidentais e que gozam de uma reputação decente; e os chineses, que são baratos mas de fraca reputação, embora a situação tenha vindo a mudar, mas paulatinamente”.

O Império do Meio tem vindo a melhorar as comunicações (rodoviárias, aéreas e ferroviárias) para a Ásia Central, a simplificar o regime de vistos para estrangeiros, a reduzir ou eliminar por completo as taxas aduaneiras sobre as matérias-primas, a investir significativamente na organização dos serviços de transporte e entrega de mercadorias, e, desde 1985, que tem vindo a apostar numa política de incentivos materiais para a exportação de produtos chineses (Ernst & Young, 2012; Winterbottom, 2012; Bao Chang, 2012).

Urumqi, que foi transformado numa ponte aérea, ferroviária e rodoviária entre o Oriente e o Ocidente, é “o centro económico da China na Ásia Central” (Eurasianet, 2007: para. 1). O aumento das exportações chinesas para a região é consequência da extraordinária expansão da economia do Império do Meio (World Trade Organization, 2012). De facto, como explica Khodzhaev, “devido à saturação do mercado interno chinês de bens de consumo, as pequenas e médias empresas – que produzem têxteis, componentes eletrónicos e eletrodomésticos – depararam-se, desde meados dos anos 90, com a dificuldade de escoar a sua produção” (2009: 22: 23).

Cerca de duas décadas depois da independência das Repúblicas centro-asiáticas “é difícil encontrar na região grandes empresas baseadas em capital chinês e dedicadas à produção de bens destinados à exportação” (Khodzhaev, 2009: 25). A importação de produtos chineses, por parte das Repúblicas centro-asiáticas, levou à formação de um nicho económico para uma parte da população da região. O caso do Mercado de Dordoi constitui, seguramente, um dos melhores (quicá o melhor) exemplos a este respeito, devido à sua importância económica na Ásia Central, mais concretamente, no Quirguistão, onde gera um fluxo extraordinário de mercadorias e de capitais. Como constata Igor Rotar, “o Mercado de Dordoi não é, apenas, um grande centro de comércio e de emprego para o Quirguistão”, mas é, também, “um dos principais pontos de entrada, através do qual os bens de consumo provenientes da China são exportados para lojas e mercados no Cazaquistão, Rússia e Uzbequistão” (2012: para. 3). Atentemos nos antecedentes que explicam

a existência de um tal mercado no Quirguistão. Questionado quanto ao facto de o Quirguistão importar mercadorias da China com vista à sua posterior reexportação, o especialista local Roman Mogilevski (2012) responde sem subterfúgios que, efetivamente, tal sucede, e que esta prática possui “uma longa história a si associada”. Segundo este autor, “o período que se seguiu imediatamente ao colapso da União Soviética foi marcado por um enfraquecimento institucional”, no âmbito do qual os “serviços alfandegários” foram “consideravelmente afetados”, pelo que “passou a ser bastante fácil [sobretudo no caso do Quirguistão] importar diversos bens a partir de outros países” (Mogilevski, 2012). Neste contexto, Mogilevski (2012) explica que “os chineses ‘inundaram’ todos estes países [centro-asiáticos]”, sendo que se revelava “mais económico expedir mercadorias a partir da China para o Quirguistão, e depois conduzi-las, a partir daí, para o Uzbequistão, Cazaquistão e Rússia”. Tal dinâmica deu origem a um “negócio gigantesco” levando, mais e mais pessoas a envolver-se nele, como atesta bem o Mercado de Dordoi, nos arredores de Bishkek, que “é, em bom rigor, o centro regional deste comércio” e, simultaneamente, “o maior mercado de matérias-primas e produtos básicos chineses em toda a Ásia Central e Rússia” (Mogilevski, 2012). O Mercado de Dordoi, que é, com efeito, o caso mais saliente de uma vasta teia económica, assente numa dinâmica massiva de importações provenientes da vizinha China, é suscetível de contribuir, todavia, para dificultar o desenvolvimento da produção local. A este respeito, refira-se que “embora a economia paralela seja relativamente comum no espaço pós-soviético”, as proporções que esta assume e a sua ‘persistência’ nos Estados mais pobres da Ásia Central levanta sérias questões sobre “a trajetória de desenvolvimento da região a longo prazo” (Oxford Analytica, 2011, para. 1).

Enquanto país densamente povoado, as prioridades políticas chinesas têm focado, de forma particular, “os problemas da escassez da terra e do desemprego” (Khodzhaev, 2009: 25). No final de 2011, a China rural abrigava cerca de “656.56 milhões de pessoas”, sendo que a população urbana chinesa (aproximadamente “690.79 milhões de pessoas”, ultrapassou, pela primeira vez, a população rural na história do país, “desde há três décadas de desenvolvimento económico” (Bloomberg News, 2012: para. 1). Por conseguinte, tendo em conta o contínuo crescimento da população chinesa, o problema do desemprego tende a agravar-se seriamente (como alertou o ex-Primeiro Ministro Wen Jiabao, em julho de 2012), criando uma necessidade natural para a expansão contínua da produção (Want China Times, 2012). Ablat Khodzhaev considera que “estas circunstâncias impelirão o Governo chinês a aumentar o investimento na produção local de outros países, incluindo

os centro-asiáticos” (2009: 26). Para este especialista, “é possível prever-se, com confiança, que na, Ásia Central, o capital chinês será maioritariamente investido em infraestruturas de apoio à exploração, produção, transformação e abastecimento de recursos energéticos à China” (Khodzhaev, 2009: 26). Não obstante, no entendimento de Khadzhieva Guljahan (2011), “as Repúblicas centro-asiáticas temem a ‘invasão’ chinesa”, ou, por outras palavras, receiam que a China se sirva das economias e mercados da região para desenvolver a sua própria economia, sem proveito, portanto, para estes países”.

Segundo James Bosbotinis, “o padrão do comércio chinês com os Estados da Ásia Central é o de uma potência que importa matérias-primas, recursos energéticos e produtos inacabados, ao mesmo tempo que exporta produtos acabados” (2010: 70). De acordo com o *China Daily*, “o volume do comércio entre o Cazaquistão e a China excede aquele se verifica entre o Cazaquistão e a Rússia, pela primeira vez, em séculos, sendo que, desde 2009, a China tem sido o segundo maior parceiro comercial do Cazaquistão” (2011: para. 5). Por outro lado, como indica Richard Weitz, “o comércio bilateral entre os dois países aumentou de 1.29 biliões de dólares, em 2001, para 33 biliões de dólares em 2012 – ou quase um terço do comércio externo do Cazaquistão”, sendo que “por ora, a China é ultrapassada, apenas, pela União Europeia, que possui uma quota coletiva de quase 40% no total do comércio externo do Cazaquistão, devido às suas aquisições massivas de petróleo cazaque” (Asia Times, 2013: para. 19).

Por sua vez, quanto ao comércio sino-uzbeque, Richard Weitz informa que “a China é o segundo maior parceiro comercial [externo] do Uzbequistão, a seguir à Rússia”, tendo o seu comércio bilateral alcançado o valor de 2.5 biliões de dólares em 2011 (2012: para. 8). O Império do Meio realizou investimentos substanciais no Uzbequistão, com vista ao desenvolvimento dos recursos naturais do país, nomeadamente o ouro e o setor energético (China Daily, 2013). De acordo com Zabikhulla S. Saipov, “o comércio entre a China e o Uzbequistão tem vindo a evoluir do nível interpessoal para o nível interestatal” (Eurasia Daily Monitor Volume, 2012: 172). Durante a visita do Presidente Karimov à China, à margem da cimeira da Organização de Cooperação de Xangai, em junho de 2012, os dois países celebraram “mais de 30 acordos em matéria de comércio, economia e investimento, no valor de 5.3 biliões de dólares” (Eurasia Daily Monitor Volume, 2012: 172). Esta amplitude de acordos sugere que o Império do Meio pode ter por objetivo “contrabalançar as suas relações comerciais e económicas com o Uzbequistão, relativamente às que mantém com o Cazaquistão”, bem como “procurar

competir com a Rússia por poder e influência regional” (Eurasia Daily Monitor Volume, 2012: 172).

No que respeita ao comércio sino-turquemeniano, o *The Journal of Turkish Weekly* (2012) informa que a China ocupa o primeiro lugar no volume total de comércio externo com o Turquemenistão. Com efeito, segundo o *The Observatory of Economic Complexity* (2012), é para a China que se destina a maior parte das exportações provenientes do Turquemenistão (39%), seguida da Turquia (16%), Itália (8%), Rússia (6%), Afeganistão (4%). Já no que respeita aos principais parceiros comerciais (importações), é a Rússia (22%) que leva a melhor, seguida da China (18%), Irão (14%), Alemanha (10%), Turquia (7%) (*The Observatory of Economic Complexity*, 2012). Voltando, ainda, ao *The Journal of Turkish Weekly*, “as empresas chinesas operam nos setores ligados ao petróleo e gás turquemenos, telecomunicações, transportes, agricultura, têxteis, químicos, indústria alimentar, indústrias de proteção da saúde e setor da construção” (2012: para. 4). A estrutura das importações da China face ao Turquemenistão, é dominada, principalmente, por “produtos com finalidade industrial, equipamento e veículos” (*The Journal of Turkish Weekly*: 2012: para. 6). Por sua vez, “as exportações do Turquemenistão para a China são, à exceção do gás natural, marcadas por produtos agrícolas” (*The Journal of Turkish Weekly*: 2012: para. 6).

Em entrevista ao Daily Times, o diretor do *Kontent think tank*, Zafar Abudullayev, afirma que “a China é, atualmente, o parceiro económico preferido do Tajiquistão” (2012: para. 11). Dados do *The Observatory of Economic Complexity* (2012), indicam que os principais países de destino das exportações tajiquestãs são a Turquia (27%), a Rússia (20%), a Coreia do Sul (10%), a Noruega (6%), a China (5%); e que os principais parceiros comerciais, em matéria de importações, são a China (54%), a Rússia (27%), o Irão (7%), a Alemanha (2%) e a Bielorrússia (2%). As estatísticas aduaneiras chinesas atestam que “o comércio entre a China e o Tajiquistão, no primeiro trimestre de 2012, foi de 320 milhões de euros”, tendo registado “um aumento de 66% relativamente ao mesmo período, em 2011” (China Daily, 2012: para. 17).

Por fim, quanto às relações comerciais sino-quirguizes, no primeiro semestre de 2012 o volume de comércio entre o Quirguistão e a China foi de 479.4 milhões de dólares, registando um crescimento de 23% comparativamente ao mesmo período de 2011 (Kabar, 2012). Em entrevista ao *The Times of Central Asia*, o Embaixador chinês no Quirguistão, Wang Kaiwen, afirma que “a China está a investir muito em projetos conjuntos sino-quirguizes”, sendo que “o volume de comércio entre os dois países ronda os 5 biliões de dólares por ano” (2012: 2).

Wang Kaiwen refere ainda que “a China não vê qualquer inconveniente quanto à possibilidade de o Quirguistão vir a aderir à União Aduaneira”, ao contrário, Pequim atribui mais importância “ao facto de ambos os países serem membros da Organização Mundial do Comércio”, e de ser “necessário melhorar o equilíbrio das exportações e importações” (*The Times of Central Asia*, 2012: 2). O Quirguistão converteu-se num dos principais núcleos para a reexportação de produtos chineses na Ásia Central. Como indica Roman Mogilevski, “as reexportações são uma fonte de receita e emprego para uma boa parte dos quirguizes, e um importante setor da economia nacional” (2012: 5). Esta atividade cresceu a partir da importação de mercadorias baratas provenientes da China, Turquia e outros países, que se destinavam à venda doméstica no Quirguistão (Ide, 2011). Os comerciantes quirguizes depressa perceberiam que “a revenda [de tais produtos] aos países vizinhos era altamente rentável, e possibilitada pela existência de bazares no Quirguistão”, vindo depois a expandir-se para “grandes centros de comércio regionais” (Mogilevski, 2012: 5). Neste contexto, “os empreendedores quirguizes compreenderam que a combinação de materiais chineses baratos, mão de obra qualificada e de baixo custo, e a existência de canais para reexportação, tornaria possível o desenvolvimento de uma indústria têxtil eficiente” (Mogilevski, 2012: 5). Foi, assim, que emergiram “vários polos comerciais e de fabrico ao nível da indústria ligeira”, compostos por “grandes bazares em Bishkek e Osh, e pequenas lojas e serviços afetos ao setor têxtil” (Mogilevski, 2012: 5).

De acordo com Vladimir Paramonov, os termos do comércio entre a China e a Ásia Central são mais benéficos para Pequim, embora suscetíveis de reduzir a região a uma espécie de apêndice de matérias-primas da economia chinesa (2005). No entendimento de Stephen Blank, é estabelecida “uma relação mutuamente proveitosa” [na qual a alavanca económica se torna um instrumento político], embora “indutora de dependência a longo prazo”, ou seja, o Império do Meio ganha uma posição quase monopolista face aos Estados regionais, resultante da dependência destes relativamente ao mercado chinês, em matéria de exportações, importações e financiamento (2009: 440). A título de exemplo, Blank refere que “o Governo tajique aceitou um empréstimo de vários milhões de dólares, sem juros, por parte da China, em 2007”, acompanhado de um “acordo de cooperação política, no âmbito do qual o Tajiquistão se comprometia a não reconhecer Taiwan enquanto Estado independente” (2009: 440).

Entre as Repúblicas centro-asiáticas com mais relevância no âmbito dos interesses chineses face à região, merecem especial destaque o Turquemenistão e o Cazaquistão, ambos dotados de recursos energéticos substanciais (China Brief, 2013;

Apoteker, 2012; Laruelle e Peyrouse, 2012). Segundo Richard Weitz, “o Cazaquistão é, atualmente, o parceiro económico e estratégico mais importante da China na Ásia Central” (2008: 103). Por um lado, é o maior Estado da região, por outro, dispõe de reservas consideráveis de gás natural, petróleo e outras matérias-primas estratégicas, nomeadamente urânio (Naumenko, 2012). Os principais interesses chineses no Cazaquistão consistem no acesso às reservas de urânio, petróleo e gás natural; em integrar a infraestrutura de transporte e de trânsito (nacional e regional) com o Xinjiang; e em consolidar a influência política em Astana (Muzalevsky, 2011; Shichor, 2008; Meier, 2013).

Em 2009, a China concedeu empréstimos no valor de 10 biliões de dólares ao Cazaquistão, em troca do acesso ao setor do petróleo e gás centro-asiático (Daly, 2009). Como refere Wenran Jiang, “[a estratégia de] investimento da China no Cazaquistão baseia-se, principalmente, no modelo “empréstimos em troca de ativos petrolíferos”, o qual proporciona às companhias chinesas “um controlo direto sobre os recursos” (China Brief, 2009: 8).

Segundo Bracken *et al*, “uma característica particular [do Cazaquistão] que diferencia as relações sino-cazaques das relações que a China mantém com outras Repúblicas centro-asiáticas é a sobreposição de grupos étnicos” (2013: 9). Aproximadamente “180 000 uigures habitam no Cazaquistão oriental”, sendo que “um milhão de cidadãos de etnia cazaque vive na China” (Bracken *et al*, 2013: 9). É, portanto, compreensível que Pequim manifeste “apreensão relativamente ao separatismo étnico muçulmano na região autónoma do Xinjiang”, que cobre cerca de “um sexto da superfície terrestre chinesa” (Bracken *et al*, 2013: 9).

O Turquemenistão é mais outro Estado centro-asiático com bastante relevância para a China (China Daily, 2013). Em junho de 2009, por exemplo, o Império do Meio emprestou quatro biliões de dólares a Ashgabat, com vista à exploração do maior campo de gás natural do Turquemenistão (um dos maiores do mundo), o Yolotan Sul, perto da fronteira afegã (Roberts, 2009). Este empréstimo é parte de um acordo de longo prazo (a 30 anos), no âmbito do qual a China receberá cerca de 40 biliões de metros cúbicos de gás, por ano (The Economist, 2010). Como observa Erika Downs, “a China National Petroleum Corporation (CNPC) é, atualmente, um ator externo dominante nos campos *onshore* do Turquemenistão” (2011: 76). Em 2007, o país autorizou a CNPC, por meio de um “contrato de partilha de produção”, a explorar o campo de Bagtiyarlyk na margem direita do rio Amu Darya, o que faz da empresa chinesa “a primeira – e, até ao presente, a única – companhia estrangeira a operar *onshore* no Turquemenistão” (Downs, 2011: 76).

O Turquemenistão exporta gás natural para a China através do gasoduto ‘Central Asia Natural Gas Pipeline’, também designado de gasoduto ‘Turquemenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-China’, inaugurado a 14 de dezembro de 2009 (The New York Times, 2009). Segundo James Bosbotinis, “este gasoduto ajuda a conferir ao Turquemenistão uma importante missão, ao ligar a infraestrutura energética chinesa, na Ásia Central ao subcontinente indiano e ao Médio Oriente” (2010: 72). Ou seja, Pequim estima que o Turquemenistão venha a articular o papel de Gwadar, no quadro das importações energéticas marítimas da China, com a infraestrutura energética da Ásia Central, ligando-a ao Cazaquistão e ao Xinjiang (Malik, 2012). Com efeito, o enorme porto de águas profundas de Gwadar reflete “a determinação da China em desenvolver as suas províncias ocidentais e em conectá-las à Eurásia” (Kemp, 2006: 74).

Num contexto em que os investimentos e o comércio entre Pequim e as Repúblicas centro-asiáticas se revelam bastante promissores, seria, eventualmente, de esperar, também, uma aposta maior no *soft power* chinês na Ásia Central (Foust, 2011). A este respeito, Sébastien Peyrouse utiliza como exemplo um estudo cazaque, o qual revela que 44% dos especialistas consultados acredita que a China não será capaz de se impor como potência regional na Ásia Central (2008: 13). Por sua vez, apenas 20% dos especialistas sondados crê que o Império do Meio será um ator importante na região (Peyrouse, 2008). Por outro lado, a linguagem e a cultura chinesas não despertam (muito) interesse na Ásia Central, pelo menos, por ora (Foust, 2011). Com efeito, em matéria de *soft power*, especialistas como Raquel Freire (2012) acreditam que a China “não tem tido a especial preocupação de se esforçar por ser bem-recebida [na região]”, enquanto “a Rússia manifesta essa preocupação porque considera a Ásia Central como uma área que lhe pertence, entre aspas”. Todavia, o facto de os chineses serem pragmáticos e (relativamente) ‘despreocupados’, em termos de *soft power*, face à região, não impede que a China possua “uma agenda muito clara para esta área”, que consiste, essencialmente, em “conseguir vantagens económicas e recursos energéticos” (Freire, 2012).

Cerca de duas décadas depois da independência, as Repúblicas centro-asiáticas ainda vivem num sistema muito imbuído de pontos de referência russos (ainda há pouco tempo soviéticos) (Rumer, Trenin, Huasheng Zhao, 2007; Indian Council on Global Relations, 2012). De facto, “a língua que permite o acesso ao mundo é o russo; a Rússia continua a ser o país cujo modelo de desenvolvimento é evocado com mais frequência; as relações sociais e económicas ainda estão concentradas em Moscovo; e as tendências/modas culturais provêm da Federação Russa”

(Laruelle e Peyrouse, 2009: 10). Por outro lado, como sublinha Daniel Vajdic, “o Kremlin pretende que [as Repúblicas centro-asiáticas] permaneçam dependentes da Rússia em termos securitários”, o que contribuirá para que a Rússia continue a ser “o poder dominante na Ásia Central” (2012: para. 11).

Por outro lado, segundo Edward Chow (2011), “as elites russas possuem um relacionamento de longa data com as elites políticas centro-asiáticas: ambas se conhecem muito bem e falam a mesma língua”. Além disso, a Rússia (e depois a União Soviética) foi a “antiga potência colonizadora”, o que contribui para que haja uma partilha de “gostos e perceções semelhantes” (Chow, 2011). Contudo, ao mesmo tempo, existe, curiosamente, uma propensão para negociar com os chineses, “porque eles têm dinheiro” (Chow, 2011). Apesar de a influência cultural russa ser preponderante na região, importa, porém, que ter em consideração, a influência da Turquia (Vlasov, 2013). Embora reconheça que os chineses têm capacidade de colocar “hospitais e empresas quase ‘chave na mão’”, Heitor Romana (2012) considera que eles “não têm hipótese do ponto de vista cultural [na Ásia Central]”, já que, como lembra o especialista, “todos os traços que constituem a Ásia Central são, culturalmente, turcófonos”. Como sublinha Michael Moreland (2012), a expansão turca, na Ásia Central, é estimulada pela identidade turca, pelos interesses estratégicos e objetivos económicos de Ancara. Uma vez que “a Turquia liga, do ponto de vista geográfico, a Ásia à Europa, o país poderá servir de ponte entre os blocos estratégicos da NATO e da Organização de Cooperação de Xangai na Ásia Central” (Atlantic Sentinel, 2012: para. 6). Além disso, “enquanto porta-estandarte da identidade turca, Ancara está excecionalmente posicionada para desempenhar um papel fundamental na Ásia Central” (Atlantic Sentinel, 2012: para. 7).

O desenvolvimento do comércio entre Pequim e as Repúblicas centro-asiáticas não se traduz (ainda) num aumento da influência chinesa na região (Foust, 2011). Por outro lado, o crescimento económico chinês (acompanhado pela emergência da China enquanto potência regional e global), parece inclusive, de forma paradoxal, suscitar “uma maior apreensão” nas Repúblicas centro-asiáticas do que contribuir, propriamente, para o aumento da influência do Império do Meio na região (Indeo, 2012: para. 1). Um caso elucidativo do incómodo que a China parece estar a causar na região: os movimentos migratórios (Swanström, 2011; Rickleton, 2010). No que à imigração diz respeito, Igor Torbakov constata que “Pequim é acusada de patrocinar, silenciosamente, a migração chinesa na Ásia Central” (2007: 158). O receio do ‘perigo amarelo’ é inerente à questão da imigra-

ção chinesa nas pequenas Repúblicas centro-asiáticas, cujos habitantes rondam os “92 milhões de pessoas” (Central Asia Competitiveness Outlook, 2013: 3). Nada que se possa comparar a uma China que conta com cerca de um bilhão, trezentos e quarenta e nove milhões de habitantes (The World Factbook, 2013). À questão da imigração, aparece ligado o fenómeno da criminalidade. Segundo M. Laruelle e S. Peyrouse, “as Repúblicas centro-asiáticas atribuem aos imigrantes chineses a responsabilidade pelo aumento da criminalidade nas zonas urbanas, mostrando-se, igualmente, apreensivas face à emergência de guetos nas grandes cidades, em especial as *Chinatowns* que surgem nas capitais” (2009: 159). R. Mogilevski (2012) constata que “vivem, atualmente, mais chineses [na Ásia Central]”, embora este especialista não acredite que “eles sejam tão numerosos como os que residem nos Estados Unidos, por exemplo”, pois, como o próprio esclarece, na Ásia Central “não se vê chineses em cada esquina”. Questionado sobre o motivo pelo qual tal sucede, R. Mogilevski (2012) aponta as restrições, em matéria de imigração, impostas pelos vários Governos da região, que são “bastante rigorosas” (no caso do Quirguistão, por exemplo, o limite máximo autorizado de imigrantes é de “10 mil para todo o país”), embora admita ser “possível manipular estas quotas das mais variadas formas”.

Mencionemos, igualmente, a fraca reputação que os produtos provenientes da China, assim como vários homens de negócios chineses - envolvidos em contratos duvidosos e/ou suspeitos - possuem na região (Steiner, 2013). Não descuremos, por outro lado, a questão da competição entre produtos chineses vs produtos regionais, a qual suscita sérias preocupações ao nível local (Laruelle e Peyrouse, 2009; Sun Zhuangzhi, 2007; Crisis Group Asia Report, 2013). A este respeito, voltando ainda a Khadzhiyeva Guljahan (2011), a especialista informa que “os produtos centro-asiáticos não são capazes de competir com os produtos chineses”, o que, na prática, tem contribuído para a “destruição da indústria ligeira e pesada” na Ásia Central, onde “várias unidades industriais se veem obrigadas a fechar portas, ou, em outros casos, a reduzir substancialmente a sua produção”.

O equilíbrio de poderes, na Ásia Central, é complexo e frágil (Cooley, 2012). Enquanto, por um lado, as potências regionais se preocupam em salvaguardar os seus interesses, com o auxílio das Repúblicas centro-asiáticas, estas, por sua vez, procuram, igualmente, maximizar os seus próprios objetivos, “beneficiando, simultaneamente, da competição entre os poderes regionais” (Feigenbaum, 2011: para. 4). Agindo de forma tática, as Repúblicas centro-asiáticas podem aumentar a sua margem de negociação relativamente aos outros Estados regionais,

estabelecendo um equilíbrio de poder suscetível de garantir a sua independência (Feigenbaum, 2011). Por outro lado, as Repúblicas centro-asiáticas parecem ser “suficientemente hábeis” no recurso a uma “diplomacia ambivalente face aos interesses, fundamentalmente, de russos, norte-americanos e chineses na região” (Torbakov, 2007: 158-159).

Como nota Sébastien Peyrouse, “o pragmatismo dos homens de negócio chineses é, muitas vezes, elogiado pelos centro-asiáticos, e contrastado com a indecisão e as promessas não-cumpridas, dos seus homólogos europeus e russos” (2009: 10). Não obstante, este especialista esclarece que “a visão que os centro-asiáticos têm da China está longe de ser inteiramente positiva, na medida em que a ‘sinofobia’ tem vindo a crescer rapidamente” (Peyrouse, 2009: 10). De facto, como sublinham Umarov e Pashkun, “apesar da natureza cordial das relações com o Império do Meio, os Estados da Ásia Central alimentam uma desconfiança permanente face a Pequim”, e, inclusive, “um profundo pessimismo relativamente ao crescente poder da China” (2006: 2). Por outro lado, Roman Mogilevski (2012) acredita que “a Rússia exprime apreensão quanto ao dinamismo e envolvimento da China na região”. R. Mogilevski (2012) considera, ainda, que o facto de o Império do Meio não adotar uma postura agressiva, nem ter pressa”, faz com que haja “um sentimento de receio generalizado face à China”, como sucede no Cazaquistão, o qual se revela “excessivamente apreensivo face à influência chinesa [na região] (...)”.

Por sua vez, como constata M. Laruelle e S. Peyrouse, “apesar dos efeitos positivos que ela gera, por ora, suspeita-se, contudo, que, a longo prazo, a presença chinesa possa causar problemas consideráveis às nações centro-asiáticas” (2009: 8). De acordo com estes autores, “existe uma forte suspeita de que a China, tal como no passado, (ainda) possui desígnios imperiais face à região, sendo que procura, apenas, escondê-los ou protelá-los” (Laruelle e Peyrouse, 2009: 8). Recorde-se que as Repúblicas da Ásia Central suportaram, durante longo tempo, a dominação russa (Pipes, 1983). A este respeito, como explica Edward Chow (2011), “existe um sentimento de compatibilidade que é muito difícil de experimentar relativamente aos chineses”, já que, afinal, estes são “o povo que o sistema soviético havia ensinado a temer desde o ensino primário até à universidade”; de modo que muita dessa sensibilidade ainda prevalece na região”. Por conseguinte, parece ser algo estranho que os responsáveis centro-asiáticos demonstrem, publicamente, uma atitude positiva em relação à presença chinesa na região. M. Laruelle e S. Peyrouse não duvidam: “a manifestação de uma atitude positiva face à China não se funda, necessariamente, numa convicção ideológica (por exemplo, simpatia pelo

país ou pelo seu regime político,...)” (2009: 67). Ao invés, ela “parece guiar-se por uma certa ‘sinofobia’: o desejo de manter laços robustos com a China porque é melhor conservar relações saudáveis com um vizinho grande e temido” (Laruelle e Peyrouse, 2009: 67). No caso do Cazaquistão, por exemplo, de acordo com um especialista local (Especialista I, 2012), “Nazarbayev tem sido muito cuidadoso e pragmático; as relações com os chineses são de natureza puramente comercial, ligadas à extração de recursos”.

No entendimento de Bohdan Krawchenko (2012), “o impacto económico do Império do Meio é absolutamente nocivo”, sendo, por conseguinte, que “as Repúblicas centro-asiáticas se revelam extremamente apreensivas face à China, sem saber como, realmente, lidar com ela”. De igual modo, António Costa Silva (2012) explica que “as Repúblicas centro-asiáticas colaboram com os chineses, embora os receiem”. O especialista relembra um aspeto simbólico a este respeito - a mudança de capital do Cazaquistão, de Almaty, praticamente na fronteira com a China, para Astana (a noroeste, mais próximo da Rússia) - fruto do constante “receio [cazaque] de que uma possível invasão dominasse, por completo, a [antiga] capital” (Silva, 2012). Apesar da alteração de capital, o ‘fator chinês’, isto é, o peso da China permanece “esmagador”, sendo que as Repúblicas centro-asiáticas têm procurado contrabalançar – e, aqui, o caso do Cazaquistão é exemplar – os interesses ocidentais (em especial, o das grandes petrolíferas do Ocidente) face aos interesses russos e chineses – “unindo-se mais a uns ou a outros” (Silva, 2012). As Repúblicas da região procuram, segundo este especialista, “jogar nos vários tabuleiros para defenderem a sua independência”, de forma a que esta não fique “excessivamente hipotecada à China” [nem a qualquer outra grande potência] (Silva, 2012). Exemplar a este respeito é, mais uma vez, o caso do Cazaquistão, o qual mantém “excelentes relações com a União Europeia e com a Rússia, entre outros” (Silva, 2012).

No entendimento de Oleg Egorov (2011), “a rápida expansão da China pode vir a ser bastante perigosa e prejudicial para as Repúblicas centro-asiáticas”. A título de exemplo, este especialista informa que “têm vindo a ser construídas *China-towns* nas proximidades dos oleodutos e gasodutos, existentes ou projetados, na Ásia Central” (Egorov, 2011). A este respeito, Bohdan Krawchenko (2012) refere que os chineses “recorrem aos seus próprios trabalhadores”, não só para o caso específico da manutenção dos oleodutos, como para as várias atividades em que estão envolvidos na Ásia Central, não manifestando, por outro lado, “especial preocupação face às questões ambientais”.

Segundo Peyrouse *et al*, “o auxílio chinês aos países da região não contribui para que estes se tornem construtores autónomos do seu próprio desenvolvimento” (2012: 14). Pelo contrário, “[ele] agrava a dependência económica destes Estados em relação ao apoio e produtos chineses”, não sendo, portanto, “desprovido de interesses financeiros e estratégicos” (Peyrouse *et al*, 2012: 14). A China tem procurado “criar novos mercados de exportação para os seus produtos; fechar contratos para as suas empresas, bem como garantir novas fontes energéticas; e fazer dos Governos centro-asiáticos seus ‘devedores’, ou, mesmo, ‘vassallos’” (Peyrouse *et al*, 2012: 14).

Voltando ainda a Oleg Egorov (2011), especialista cazaque, “existe uma diferença entre o salário auferido pelos trabalhadores chineses e aquele que é pago aos locais”, o que leva, por vezes, os trabalhadores cazaques a entrar em greve contra o que consideram ser uma “invasão chinesa”. Por outro lado, Egorov (2011) aponta, também, o caso da imigração ilegal de chineses para o Cazaquistão, que gera, igualmente, “motivo de descontentamento e preocupação”. Para Bohdan Krawchenko (2012), estes receios “não são utopia”, sendo que, na prática, “têm vindo a materializar-se”, havendo, com efeito, “muitos milhares de chineses que são comerciantes, em especial no extremo oriente russo”, cuja densidade populacional é demasiado baixa.

Note-se que Oleg Egorov (2011) não nega que a China apoie o desenvolvimento social do Cazaquistão (tomando como exemplo este país), contudo, este especialista estima que a construção de hospitais e de outras infraestruturas públicas, pelos chineses, em contrapartida pela autorização na exploração do potencial energético do país, acaba por ser “pouco substancial”. A este respeito, Egorov (2011) informa que “mais de 78% do petróleo e do gás natural estão a ser retirados [aos cazaques]”, e que “as refinarias cazaques operam apenas a metade da sua capacidade”. Isto explica que haja “pouco petróleo a ser efetivamente refinado” (apesar de o país ser produtor de petróleo) no Cazaquistão, sendo que, “ao mesmo tempo, se verifica uma grande dependência financeira face à China” (Egorov, 2011). A este respeito, um outro especialista local, Meruert Makhmatova (2011), explica que no caso do Cazaquistão, por exemplo, existe “um grande descontentamento face ao modo como a China tem concedido crédito ao país”. A autora refere que durante a crise económica de 2008, o Presidente Nazarbayev solicitou um empréstimo de 13 biliões de dólares a Pequim. Contudo, um montante tão elevado pressupõe, segundo Makhmatova (2011), vários efeitos negativos para o Cazaquistão, onde “os empregos locais estão a ser tomados pelos chineses”, sendo que “a maioria da

população não se compraz com a ideia de os chineses serem parte da economia cazaque, investidores e bons amigos do Presidente [Nazarbayev].

Martin C. Spechler sublinha que “embora a China procure, de forma ativa, securitizar o seu acesso a recursos energéticos e outras matérias-primas na Ásia Central, não existe, contudo, uma dinâmica empresarial privada [chinesa] significativa em nenhum dos Estados pós-soviéticos” (2009: 3). Existem, certamente, fatores estruturais que explicam “o relativo desinteresse chinês pelo mercado centro-asiático”, a saber, “a sua dimensão reduzida”, bem como “um clima de investimento minado por corrupção e impostos ‘inesperados’, atualmente comuns na Ásia Central”, suscetíveis de “desencorajar, inclusive, o ‘tolerante’ chinês” (Spechler, 2009: 15). Embora, por um lado, “a presença económica da China na Ásia Central” seja “bastante significativa”, e, apesar de em muitos aspetos, os investimentos chineses serem “bem recebidos” pelas Repúblicas centro-asiáticas, existe, contudo, “uma falta de transparência” inerente a tais investimentos, bem como “às relações do Império do Meio com esses países” (Edward Wong, 2011: para. 12). Por outro lado, “as populações locais mostram-se prudentes, em especial no Quirguistão e no Cazaquistão, onde têm, desde há muito, temido que a migração chinesa possa inverter a balança do poder económico nestes países”, os quais apresentam uma “fraca densidade populacional” (Edward Wong, 2011: para. 13).

Num artigo publicado no Vancouver Sun, Jonathan Manthorpe informa que “o preconceito contra os chineses é geral” (2013: para. 7). Este é especialmente forte no Quirguistão, onde “as empresas mineiras chinesas são acusadas de gerar poluição, de tomar empregos aos habitantes locais, oferecendo pouco em troca” (Manthorpe, 2013: para. 7). Por outro lado, “em vários países da Ásia Central, tem-se verificado um crescendo de violência entre trabalhadores chineses e habitantes locais” (Manthorpe, 2013: para. 9). Estes factos sugerem uma espécie de *déjà vu*, uma vez que os chineses demonstram um comportamento semelhante em outras partes do mundo, como, por exemplo, em África. A este respeito, Tanguy Struye sublinha que “muitos contratos celebrados com empresas chinesas se fazem acompanhar pela exigência de que 70% das tarefas a executar sejam realizadas por funcionários daquelas (em geral, prisioneiros ou recrutadas)” (2011: 23). Por outro lado, quer a Ásia Central, quer África “têm vindo a ser palco de uma repetição de problemas muito semelhantes aos que ocorrem, com frequência, na China: desflorestação, contaminação da terra e da água, falta de respeito pelo ambiente, resultante de uma busca desenfreada de produtividade” (Duarte, 2012: 27). Face ao exposto, é questionável se a presença chinesa na Ásia Central

gera desenvolvimento na região. Sébastien Peyrouse duvida, efetivamente, se ela contribui “para a disseminação de conhecimentos e técnicas, para a interação com o país de acolhimento” (2009: 9). Por ora, Saule Mukhametrakhimova nota que a política chinesa se tem revelado “bastante pragmática, enfatizando os ganhos económicos, ao invés de uma busca de domínio político” (2012: para. 9).

Segundo Roman Mogilevski (2012), apesar de a Ásia Central ser o estrangeiro próximo da Rússia, “a presença e o envolvimento da China na região têm aumentado de forma significativa”, embora, para este autor, sejam fortes “os argumentos para a Rússia ‘voltar’”: com efeito, “os russos têm muitas ambições do ponto de vista estratégico [face à região]”, sendo que não se pode descurar, por outro lado, “o peso da nostalgia...”. Um outro especialista local, que solicitou, contudo, o anonimato (Especialista II, 2012), acrescenta a esta nostalgia - de que fala aqui Mogilevski (2012) - uma “desconfiança tradicional”, por parte das Repúblicas centro-asiáticas, relativamente à China. Este especialista caracteriza a era soviética como “o tempo em que as estradas eram pavimentadas e as infraestruturas construídas”, de modo que “ser parte da União Soviética era como viver na Idade de Ouro”, onde havia um sistema operacional, enquanto “atualmente as instalações públicas se encontram degradadas” e, por conseguinte, pouco ou nada funcionais (Especialista II, 2012). Para Almaz Saifutdinov (2012), à exceção, talvez, de “antigos filósofos ou nacionalistas, escritores tradicionais e figuras islâmicas”, não parece, portanto, descabido afirmar que “a geração mais velha sente nostalgia do período soviético, ao contrário da grande maioria das pessoas, que faz parte da geração mais nova”, a qual não tendo vivido a era soviética, “não sabe verdadeiramente em que pensar...”.

No entendimento de Liubov Jdanova (2012), Diretora do Departamento de Estudos Europeus da American University of Central Asia em Bishkek, a Rússia é “uma espécie de irmão do povo quirguiz”, tendo em conta que “cerca de um milhão de quirguizes se deslocam à Rússia, regularmente, com o objetivo de visitarem os seus familiares que aí vivem”. Mas destaquemos, também, “as relações comerciais, os investimentos da Rússia no país, nos mais variados setores...” (Jdanova, 2012). Todos estes fatores levam, por conseguinte, Liubov (2012) a reconhecer que “Rússia é ‘mais clara’ [para o povo quirguiz]” porque “partilha um mesmo passado”. Com o colapso da União Soviética, “foram muitas as ambições e as esperanças que se perderam” (Jdanova, 2012). Não é por acaso, aliás, que Jean-Christophe Lermusiaux (2011) sublinha que “os povos centro-asiáticos cresceram juntos durante cerca de três séculos, viveram o comunismo, bem como muitas

outras experiências juntos”. Todavia, se a Rússia pode suscitar a tal nostalgia de que falava, entre outros, Liubov Jdanova, já a China despoleta, com frequência, um sentimento contrário, de tal modo que, como refere Lermusiaux (2011), “todos receiam os chineses”, inclusive os mongóis e os russos (estes, a propósito, nomeadamente, da fraca densidade populacional da Sibéria), e, portanto, verifica-se “uma rejeição do estrangeiro enquanto ‘colono’, mas não dos seus investimentos”. Naturalmente, não se pode falar da China como se de um ‘bloco homogêneo’ se tratasse, pois como se explicou atrás, existem diferentes ‘Chinas’, pese embora o Xinjiang partilhe traços comuns (cultura, religião, língua, entre outros) com os povos centro-asiáticos, e, nesse sentido, digamos que “existe uma mundividência muito semelhante e uma boa compreensão entre estes” (Jdanova, 2012).

Consideremos, também, uma questão que apesar de, por vezes, descurada, assume grande relevância, na medida em que, direta ou indiretamente, pode ditar o comportamento, ou influenciar a perceção de determinados atores relativamente à China: o *soft power* (Duarte, 2012). Por ora, o Império do Meio revela uma certa dificuldade em projetar o chamado poder suave, ou *soft power*, na Ásia Central (Nye, 2012). Esta é uma limitação importante porque diz muito sobre uma potência que, embora forte do ponto de vista económico e comercial, se depara, todavia, com “uma dificuldade enorme em projetar a sua componente civilizacional para outras partes do mundo”, como África, América Latina, e, neste caso específico, a Ásia Central (Romana, 2012).

Heitor Romana (2012), que viveu vários anos no Oriente, considera que “a sedução pelo que é a China, é bastante considerável”, ainda que, depois, “pouco consequente, se entrarmos num patamar antropológico”, isto é, se atentarmos, no fundo, na “idiossincrasia do que é ser chinês”. No entendimento do autor, “os chineses fazem um esforço muito grande em se dar ao mundo”... pois “não possuem uma característica universalista...” (...); “não têm algo que está no ADN cultural, se assim se pode dizer”, embora “tentem copiar o modelo britânico, inglês, francês, e, inclusive, o português” (Romana, 2012). Ou seja, segundo H. Romana (2012) “a China não consegue penetrar no plano mental da decisão, porque é para isso, afinal, que serve o *soft power*”. Por sua vez, António de Sousa Lara (2010) argumenta que a China se depara com o grave problema de “na sua cultura não estar a miscigenação”. Por outras palavras, o autor explica que “quando os chineses emigraram para a União Europeia, ou para os Estados Unidos (como atestam as grandes comunidades históricas a viver em Londres, em Nova Iorque, entre outras cidades) não se misturaram com a população; não foram projetados para

um gueto, foram eles que o criaram”, ou seja, “os chineses é que construíram as *Chinatown*s” (Lara, 2010). Ora, para António de Sousa Lara (2010), “isso demonstra um tipo de atitude perante o exterior: [os chineses] não se querem misturar com a população local, ou, então, não se sabem misturar porque têm uma cultura muito diferente, da qual não querem abdicar”.

Concluindo, no entendimento de especialistas como Hak Li e Zhengxu Wang, é possível antecipar que, “a menos que a China apresente um plano mais claro e proativo com o objetivo de aprofundar as suas relações com as Repúblicas centro-asiáticas, a sua influência, na região, permanecerá limitada” (2009: 14). Também Laruelle e Peyrouse consideram que apesar de “numerosos especialistas centro-asiáticos confessarem a sua admiração face à celeridade com que a China tem conseguido afirmar-se na Ásia Central”, não devemos, contudo, traçar conclusões precipitadas visto que, em muitos domínios, a influência de Pequim é (ou, pelo menos, percebida como) “ainda limitada na região” (Laruelle e Peyrouse, 2009: 115; ver também Volkov, 2013; Hak Yin Li e Zhengxu Wang, 2009).

A questão energética é uma força motriz nas relações económicas entre Pequim e as Repúblicas centro-asiáticas (Xiaoqin Chen, 2012). Na origem desta constatação reside uma outra: a China necessita de energia. Segundo Virgínia Trigo (2010), “é fundamental, para o Império do Meio, ter acesso aos recursos... já que este é a ‘fábrica’ do mundo”. Pela proximidade geográfica, mas também pelas vastas reservas de petróleo e gás natural, a Ásia Central, é, não de forma surpreendente, vista por Pequim como uma oportunidade atrativa no que respeita à importação de recursos energéticos (Journal of Energy Security, 2012; Fazilov e Xiangming Chen, 2013).

Elucidativos, os números atestam o extraordinário potencial energético da região. De acordo com Global Business Reports, “as Repúblicas centro-asiáticas possuem reservas de gás natural comprovadas de mais de 6.7 triliões de metros cúbicos”, sendo que “as suas reservas petrolíferas comprovadas estão avaliadas em mais de 60 biliões de barris de petróleo”, com algumas estimativas a chegar, inclusive, aos “200 biliões de barris” (Special Report: Caspian Region, 2012: 1). Todavia, “a maior parte da sua riqueza energética permanece, em boa parte, por explorar” (Special Report: Caspian Region, 2012: 1).

Ao falar-se da importância da Ásia Central para o aprovisionamento energético da China, devemos-la enquadrar num contexto mais amplo, que diz, no fundo, respeito à questão da segurança energética. Por sua vez, esta pode ser considerada,

segundo Nayoon Lee, “uma questão, ao mesmo tempo, de segurança internacional e nacional” (2013: 1). Tal como sugere Waco Worley, “um país deve ter acesso aos recursos energéticos de forma permanente, correndo um risco mínimo de que estes se esgotem” (2006: 2). Ora, tal leva a que muitos Estados procurem explorar melhor as suas reservas domésticas de energia. Contudo, estas nem sempre são suficientes para assegurar as necessidades energéticas de um país, o que representa, naturalmente, uma fonte de insegurança para o próprio. Segundo W. Worley, “a insegurança energética diminui o poder e a influência de um Estado no sistema internacional”, sendo que “sem os recursos energéticos apropriados (domésticos ou não), os Estados não se podem tornar potências regionais e, muito menos, mundiais” (2006: 2). No caso da China, país emergente que abriga um quinto da população mundial, a questão da segurança energética é, ainda, mais premente “à medida que o Governo caminha rumo à concretização dos seus objetivos de modernização e de prosperidade coletiva” (China Daily, 2012: para. 1).

Voltando a W. Worley, “uma vez que os países necessitam de energia para sobreviver”, tendem, de forma “agressiva”, a “procurar os recursos energéticos que se encontram na posse de outros Estados”, buscando para o efeito, “tantos parceiros quanto possível”, de modo a “diversificar as suas fontes de energia” (2006: 2). À medida que o fazem, eles criam laços (que incluem acordos em matéria de fronteiras, comércio e cultura). Segundo Robert Keohane e Joseph Nye (2001), o estabelecimento deste tipo de vínculos é suscetível de gerar uma cooperação duradoura entre os Estados. No caso da China e das Repúblicas centroasiáticas, tal é cada vez mais saliente. Se, por um lado, Pequim necessita destes países para diversificar as suas fontes energéticas, eles, por sua vez, veem na China “um mercado dinâmico e acessível às suas exportações, bem como um canal (não-russo) vital, através do qual podem fazer circular as suas mercadorias para um mercado internacional mais amplo” (Burles, 1999: 3; Shustov, *International Affairs*, 2012).

Existem outros fatores que jogam a favor do modo como as Repúblicas centroasiáticas percebem o interesse da China na região. O Governo chinês, ao contrário de outros Governos, dispõe da capacidade para proporcionar uma larga assistência financeira a estes países, o que é absolutamente vital para o desenvolvimento das suas economias (Garibov, 2013; Weitz, 2013). Segundo Nargis Kassenova, “o apoio chinês ao desenvolvimento é concedido quer através de subsídios – geralmente, pagos em espécie, através da entrega de bens e materiais, com o objetivo de reduzir os riscos de corrupção – ou por meio de empréstimos em condições preferenciais ou concessionais” (2009: 10). Por outro lado, é interessante notar que esta ajuda

não está sujeita a nenhuma ‘exigência democrática’, nem se subordina ao respeito dos direitos humanos, ao contrário dos requisitos frequentemente impostos pelos “credores e/ou dadores ocidentais”, em troca do auxílio concedido (Kassenova, 2009: 5). Tal é corroborado, por exemplo, por Sébastien Peyrouse, Jos Boonstra e Marlène Laruelle, segundo os quais “o apoio económico disponibilizado pela China tem sido bem-sucedido”, entre outros aspetos, em virtude dos “empréstimos oferecidos a preços muito vantajosos”, e dos “serviços ‘chave na mão’ propostos pelas companhias chinesas”, que são “bastante acessíveis” (2012: 14).

Em terceiro lugar, a presença chinesa na Ásia Central oferece “um contrapeso útil” à presença russa (Kucera, 2011). Efetivamente, para as Repúblicas centro-asiáticas, “o facto de existirem duas grandes potências regionais em competição pelo acesso ao petróleo e ao gás natural” é, naturalmente, “mais ‘interessante’” do que terem que se sujeitar “a uma situação de monopólio russo”, como tem sido o caso (Jackson, 2009: 18). A este respeito, note-se que a Rússia parece compreender que a China não é, apenas, um parceiro ‘útil’ para contrabalançar a influência ocidental na região (Leksyutina, 2010; Weitz, 2012; Zhao Huasheng, 2013). Ela é, também, um competidor (Pravda News, 2002; Mankoff e Miller, 2010; Cutler, 2013; Rabinovitch, 2013; Volkov, 2013). Com efeito, para Dmitri Trenin, Diretor do Carnegie Moscow Centre, “apesar de partilharem interesses comuns, China e Rússia não são aliadas” (2012: 43). Se, por um lado, Moscovo não tenderá a acatar uma eventual supremacia chinesa, a China, por sua vez, concebe a Rússia “como uma potência desvanecida” (Trenin, 2012: 43). Um outro autor, Axel Berkofsky, refere que “do ponto de vista russo, Pequim é uma espécie de hóspede indesejado”, que “desafia a influência russa no seu *estrangeiro próximo*” (2012: 1). Por conseguinte, “a recetividade de Moscovo face a uma integração regional fomentada pela China”, nos campos da “política” e da “segurança”, permanece “limitada, a menos que sirva para conter a influência (sobretudo, a dos Estados Unidos) ocidental” (Berkofsky, 2012: 1). A Rússia mostra-se “cautelosa” a respeito da “célere modernização militar da China”, e “categoricamente contra o estabelecimento de bases militares chinesas na **Ásia Central**” (Berkofsky, 2012: 1).

Em quarto lugar, “a parceria chinesa com as Repúblicas centro-asiáticas é bemvista pelas próprias, já que estas são – à exceção, eventualmente, do Cazaquistão – frágeis do ponto de vista militar”, ao mesmo tempo que enfrentam “várias ameaças” ao nível securitário (Duarte, 2012: para. 11). Ora, a China tem todo o interesse em prevenir a insegurança na região, em especial no que respeita aos movimentos separatistas (Berkofsky, 2012). O apoio militar russo à Ásia Central não é,

naturalmente, recente, embora Pequim tenha vindo a demonstrar, neste campo, um interesse ativo em treinar os exércitos centro-asiáticos e em contribuir para a modernização do seu equipamento militar (China Brief, 2010; Swanstrom, 2011).

Segundo Edward Chow (2011), “a China é um relativo *latecomer* na Ásia Central”. Com efeito, como sublinham Suvankulov e Guc, “até ao início da década de 2000, a China ocupou uma posição secundária na busca de influência na região” (2012: 23). De facto, “embora tivesse concluído diversos tratados bilaterais com as Repúblicas centro-asiáticas, as prioridades de Pequim não estavam concentradas na região” (Suvankulov e Guc, 2012: 23). Nos anos 90, os chineses interrogavam-se sobre “o que fazer relativamente à Ásia Central” (Chow, 2011). Na verdade, o colapso da União Soviética tomou-os de surpresa: “ninguém sabia, ao certo, o que iria acontecer à região” (Chow, 2011). No entanto, os norte-americanos foram significativamente mais rápidos em tentar conquistar influência na Ásia Central, contrariamente aos chineses, em parte porque “é muito difícil alcançar o consenso político na China”, e daí partir para a ação (Chow, 2011).

Em menos de duas décadas, Pequim conseguiu operar uma extraordinária entrada em cena na Ásia Central. As Repúblicas centro-asiáticas descobriram o vizinho chinês em 1991, aquando das suas declarações de independência (Zhang Chi, 2013). As recém-independentes Repúblicas seriam, então, confrontadas com a necessidade de negociar relações de boa-vizinhança com um país acerca do qual pouco conheciam, e cuja propaganda soviética tinha, em muitos aspetos, diabolizado (Kellner, 2008).

No entendimento de Pedro Fonseca (2011), a China conquistou “um claro protagonismo na região”, o qual é, também, decorrente da sua “crescente importância a nível mundial”. Tendo resolvido as disputas fronteiriças com os seus vizinhos centro-asiáticos, Pequim provou ser um fiel parceiro ao nível da diplomacia bilateral, mas também, do ponto de vista comercial, no trato com estas Repúblicas. Efetivamente, como sublinha o *The New York Times*, “desde o início da crise financeira, a China ultrapassou a Rússia, até então o principal parceiro comercial da Ásia Central” (2012: para. 7).

Notas finais

A consolidação da estratégia chinesa face à Ásia Central é um jogo complexo, essencialmente fruto de boas relações políticas e de acordos económicos. Contudo, se o comércio é, geralmente, fonte de paz e de estabilidade, já a disputa pelo

acesso às fontes de energia comporta, porém, a existência de tensões, desconfiança e rivalidades. Enquanto potência em ascensão, a China mostra-se, naturalmente, apreensiva face à sua segurança energética, mais concretamente, face à diversificação das suas fontes de energia. Eis uma causa ‘necessária’, mas não ‘suficiente’, para justificar a importância da Ásia Central para a China. De facto, o Império do Meio procura não só diversificar as suas parcerias energéticas, como, também, quebrar o isolamento de algumas das suas províncias. Neste contexto, a estabilidade do Xinjiang e da periferia chinesa estão no coração das preocupações securitárias de Pequim, que procura neutralizar as aspirações independentistas e o terrorismo.

É prematuro afirmar que o Império do Meio beneficia de uma influência determinante no espaço centro-asiático. Efetivamente, apesar da celeridade com que a China tem conseguido afirmar-se na Ásia Central, a influência de Pequim é, ainda, ténue na região. Por outro lado, há que reconhecer que a influência russa sobressai na região. Na verdade, apesar de terem alcançado a independência há já duas décadas, as Repúblicas centro-asiáticas partilham mais semelhanças com a Rússia do que com a China: ao nível económico, cultural, mas também no que respeita à confiança conquistada. De facto, a China ainda é percebida como um ‘elemento novo’ e relativamente ‘estranho’ nestes países que estiveram, até há relativamente pouco tempo, sob domínio soviético. Existe uma forte suspeita de que o Império do Meio, tal como no passado, ainda possui desígnios imperiais face à região, procurando, contudo, escondê-los ou adiá-los. Dito isto, não parece ser descabido concluir que, a menos que a China apresente um plano mais claro e proativo para aprofundar as suas relações com as Repúblicas centro-asiáticas, a sua influência na região continuará a ser reduzida.

BIBLIOGRAFIA

- Abudullayev, Z. (2012). *Kontent think tank*, www.dailytimes.com.pk/default.asp?page=2012%5C06%5C28%5Cstory_28-6-2012_pg14_8
- Akerman, E. (2003). Central Asia in the mind of Russia: Some political considerations, *The Review of International Affairs*, 2, n.º 4.
- Bao Chang, China Daily, December 6, 2012, www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-12/06/content_15990626.htm
- Berkofsky, A. (2012). China’s Strategic Involvement in Central Asia-Strategies, Results and Obstacles, *Istituto Per Gli Studi Di Politica Internazionale*, n.º 128.
- Blank, S. (2009). Chinese Energy Policy in Central and South Asia, *Korean Journal of Defense Analysis*, 2, n.º 4, 435-453.

- Blank, S. (2011). Entrevista através de contato telefónico. Estados Unidos da América.
- Blank, S. (2012). Rethinking Central Asia and its Security Issues, *UNISCI Discussion Papers*, n.º 28, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- Bloomberg News, January 17, 2012, www.bloomberg.com/news/2012-01-17/china-urban-population-exceeds-rural.html
- Bosbotinis, J. (2010). Sustaining the Dragon, Dodging the Eagle and Barring the Bear? Assessing the Role and Importance of Central Asia in Chinese National Strategy, *China and Eurasia Forum Quarterly*, vol. 8, n.º 1.
- Burles, M. (1999). Chinese Policy Toward Russia and the Central Asian Republics, Prepared for the United States Air Force by RANDDs Project Air Force, www.rand.org/pubs/monograph_reports/2007/MR1045.pdf
- China Brief, March 5, 2010; www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=36123&cHash=8514aa3caa
- China Daily, May 27, 2011, http://usa.chinadaily.com.cn/business/2011-05/27/content_12593814.htm
- China Daily, June 6, 2012, http://usa.chinadaily.com.cn/china/2012-06/06/content_15476995.htm
- Chow, E. (2011). Entrevista telefónica para os Estados Unidos da América.
- Cooley, A. (2012), *Great Games, Local Rules: The New Great Power Contest in Central Asia*, Oxford University Press
- Cordesman A., e Yarosh, N. (2012). Chinese Military Modernization and Force Development - A Western Perspective, Center for Strategic and International Studies.
- Downs, E. (2011). Inside China, Inc: China Development Bank's Cross-Border Energy Deals, *John L. Thornton China Center Monograph Series*, Number 3.
- Duarte, P. (2012). China looks to Central Asia. *Boletim Mundorama*, n.º 63.
- Duarte, P. (2013). China and the Sea: the Changing Nature of Chinese Naval Behaviour, *Revista Militar*, abril.
- Egorov, O. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.
- Eurasianet, July 12, 2007, www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav071307.shtml
- Feffer, IPS News Asia Pacific, December 14, <http://www.ipsnewsasia.net/bridgesfromasia/node/80>
- Feigenbaum, E. (2011). Council on Foreign Relations, February 23, www.businessinsider.com/seven-guidelines-for-us-central-asia-policy-2011-2
- Fonseca, Pedro (2011). Entrevista Pessoal. Lisboa.
- Fravel, M., China's Search for Military Power, The Center for Strategic and International Studies and the Massachusetts Institute of Technology, *The Washington Quarterly*, 31: 3, 125-141.

- Freire, M. Raquel (2012), Entrevista pessoal, Coimbra.
- Garibov, 2013, <http://www.turkishweekly.net/news/149055/russia-and-central-asia-do-all-central-asian-roads-still-lead-to-russia.html>
- Garrison J. e Abdurahmonov A. (2011). Explaining the Central Asian Energy Game: Complex Interdependence and How Small States Influence Their Big Neighbors. *Asian Perspective*, vol. 35, n.º 3, 381-405.
- Guljahan, K. (2012). Entrevista Pessoal. Almaty.
- Harris, S. (2005), China's regional policies: how much hegemony?, *Australian Journal of International Affairs*, 59, N.º 4, 481-492.
- Igor, R. (2012), The Jamestown Foundation, November 7, http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=40077&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=51d3948f106a396dc262bd1a87bb2c4e
- Indeo, F. (2012). Eurasian Review of Geopolitics, August 20, <http://temi.repubblica.it/limes-heartland/the-rise-of-china-in-central-asia/1928>
- Jackson, A. (2009). China and Central Asia, *Caucasian Review of International Affairs*, CU Issue 33, May 19, http://cria-online.org/CU_-_file_-_article_-_sid_-_41.html
- Jdanova, L. (2012). Entrevista Pessoal. Bishkek.
- Journal of Energy Security, November 20, 2012, http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=387:chinese-inroads-into-central-asia-focus-on-oil-and-gas&catid=130:issue-content&Itemid=405
- Kang, D. (2007). *China rising: peace, power, and order in East Asia*, New York: Columbia University Press
- Kassenova, N. (2009). Aide au développement: la percée chinoise au Tadjikistan et au Kirghiztan, *Russie Nei Visions*, n.º 36, IFRI.
- Keck, The Diplomat, January 7, 2013, <http://thediplomat.com/2013/01/07/destined-to-fail-chinas-soft-power-offensive/2/>
- Kellner, T. (2008). *L'Occident de la Chine, Pékin et la nouvelle Asie centrale (1991-2001)*, Paris: PUF, 2008.
- Keohane, R. and Nye, J. (2001). *Power and Interdependence*. New York: Longman.
- Khodzhaev, A. (2009). The Central Asian Policy of the People's Republic of China, *China and Eurasia Forum Quarterly*, 7, n.º 1, 9-28.
- Kofman. (2012). Asia-Pacific International Relations Study Center, <http://apircenter.org/russia/central-asia-great-games-or-graveyard/>
- Krawchenko, B. (2012). Entrevista pessoal. Bishkek.
- Kucera, *The Diplomat*, 2011, <http://thediplomat.com/whats-next-china/central-asia/>
- Lara, A. (2010). Entrevista pessoal. Lisboa.
- Lermusiaux, J. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.

- Liu, Q. (2010). China's Rise and Regional Strategy: Power, Interdependence and Identity, *Journal of Cambridge Studies*, 5, n.º 4.
- Makhmatova, M. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.
- Manthorpe, J., (2013). Vancouver Sun, March 11, <http://www.vancouversun.com/opinion/oped/China+faces+imperial+burden+Central+Asia/8078180/story.html>
- Meier, March 7, 2013, China Daily Mail, <http://chinadailymail.com/2013/03/07/chinas-central-asia-problem/>
- Mingjiang L. (2009). *Soft Power - China's Emerging Strategy in International Politics*, Lexington Books.
- Mody (2011). Harvard Political Review, <http://harvardpolitics.com/world/losing-control/>
- Mogilevski, R. (2012). Entrevista Pessoal. Bishkek.
- Mogilevskii, R, 2012, Re-export Activities in Kyrgyzstan: Issues and Prospects, Working Paper N.º 9, University of Central Asia.
- Moore, Robbie (2013). *The International*, February 6, <http://www.theinternational.org/articles/334-chinas-iron-silk-road>
- Muzalevsky, R. (2011). Global Struggle for Kazakh Uranium Resources, *Eurasia Daily Monitor*, Volume: 8 Issue: 74.
- Nye, J. Post-War Watch (2012), <http://postwarwatch.com/2012/06/23/joseph-s-nye-on-power/>
- Oxford Analytica, June 23, 2011, http://www.relooney.info/0_NS4053_2314.pdf
- Peyrouse, S. (2008). La présence chinoise en Asie Centrale: Portée géopolitique, enjeux économiques et impact culturel, in Centre d'Études et de Recherches Internationales, nº148, septembre.
- Peyrouse, S. (2009). Central Asia's growing partnership with China, EU - *Central Asia Monitoring Working paper n.º4*, October.
- Peyrouse e Laruelle (2009). China as a Neighbor: Central Asian Perspectives and Strategies, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.
- Peyrouse, S., *et al*, 2012, Security and development approaches to Central Asia. The EU compared to China and Russia, *EUCAM Working Paper n.º 11*.
- Roberts, J. (2009), China, Turkmenistan ink loans-for-gas deals; China to lend \$4 billion to Ashgabat, to get 40 Bcm/year of gas, *Platts Oilgram News*, June 26.
- Romana, H. (2012). Entrevista Pessoal. Lisboa.
- Saifutdinov, A. (2012). Entrevista Pessoal. Dushanbe.
- Saipov, Z. (2012). China's Economic Strategies for Uzbekistan and Central Asia: Building Roads to Afghan Strategic Resources and Beyond, *Eurasia Daily Monitor*, 9, Issue: 172.
- Shustov, 2012, *China's Growing Economic Importance to Central Asia*, International Affairs, http://en.ria.ru/international_affairs/20120629/174304839.html
- Silva, A. (2012). Entrevista Pessoal. Lisboa.

- Spechler, M., (2009). Why Does China Have No Business in Central Asia? *China and Eurasia Forum Quarterly*, 7, n.º 2, 3-15.
- Sultanov, B. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.
- Suvankulov, F. e Guc, Y. (2012). Who is Trading Well in Central Asia? A Gravity Analysis of Exports from the Regional Powers to the Region, *Eurasian Journal of Business and Economics*, 5 (9), 21-43.
- Swanström (2011). China and Greater Central Asia: New Frontiers? Central Asia – Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.
- The Economist*, January 30, 2010, Riches in the Near Abroad: China in Central Asia, *The Economist*, 394, N.º 8667.
- The New York Times*, December 14, 2009, http://www.nytimes.com/2009/12/15/world/asia/15pipeline.html?_r=0
- The New York Times*, June 8, 2012, http://www.nytimes.com/2012/06/09/opinion/in-central-asia-public-cooperation-and-private-rivalry.html?_r=0
- The New York Times*, April 2, 2012, http://www.nytimes.com/2012/04/03/world/asia/chinese-insider-offers-rare-glimpse-of-us-china-frictions.html?_r=0
- The Times of Central Asia*, December 6, 2012, 14, n.º 49 (750).
- Torbakov, I. (2007). The West, Russia and China in Central Asia: What kind of game is being played in the region?, *Transition Studies Review*, 14, Number 1, May.
- Trigo, V. (2010). Entrevista pessoal. Lisboa.
- Vajdic, D. (2012). *The Diplomat*, July 17, <http://thediplomat.com/flashpoints-blog/2012/07/17/russias-shrewd-central-asia-play/>
- Volkov (2013). China, Russia compete for interests in Central Asia, *Deutsche Welle*, March 23, <http://www.dw.de/china-russia-compete-for-interests-in-central-asia/a-16694266?maca=en-rss-en-top-1022-rdf>
- Want China Times*, August 13, 2012, www.wantchinatimes.com/news-subclass-cnt.aspx?id=20120813000099&cid=1701
- Weitz, Richard, Issue of the CACI Analyst, November 14, 2012, <http://www.cacianalyst.org/?q=node/5876>
- Weitz, R. (2013). Central Asia - Caucasus Institute, September 1, <http://www.cacianalyst.org/?q=node/5903>
- Winterbottom, ChinaAfrica, October 2012, www.chinafrica.cn/english/business/txt/2012-09/28/content_487230.htm

Wong, E., *The New York Times*, January 2, 2011, http://www.nytimes.com/2011/01/03/world/asia/03china.html?pagewanted=all&_r=0

Worley, W. (2006). Building ties that bind? The role of Central Asia in Chinese oil security, Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA, March 22.

Zhang C. (2013). Historical Changes in Relations between China and Neighboring Countries (1949–2012), *Asia Paper*, Institute for Security and Development Policy.